

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2016



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2.	ACTIVIDADE EM 2016.....	4
	2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
	2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	6
	2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	8
	2.4 NOTAS FINAIS	9
	2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	10
3.	ANEXOS	11
	ANEXO I - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	11
	ANEXO II - POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	13
	ANEXO III - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS.....	13
	ANEXO IV- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS E DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA.....	14



1. ORGAOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Luís de Gouveia Fernandes	Presidente
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa	Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, com sede na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa, inscrita na OROC sob o nº 23 e na CMVM sob o nº 329, representada por Dr. Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

Suplente:

Dr. CARLOS ALBERTO DOMINGUES FERRAZ, ROC nº 362, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;



2. ACTIVIDADE EM 2016

2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

Dois eventos políticos marcaram 2016: o referendo no Reino Unido sobre a União Europeia e a eleição de Donald Trump para presidente dos EUA

O ano de 2016 ficou marcado por vários eventos políticos que mereceram a atenção dos mercados financeiros: a instabilidade política em Espanha (novas eleições realizadas em junho) traduzindo a incapacidade de ser encontrada uma solução política que garantisse um governo, o referendo no Reino Unido sobre a União Europeia, as eleições presidenciais nos EUA e o referendo constitucional em Itália acerca da câmara alta do parlamento do país.

Apesar de o referendo no Reino Unido realizado em junho ter determinado a saída do país da União Europeia, os efeitos nos mercados de ações e no sentimento dos agentes económicos revelou-se breve. No entanto, o forte movimento de desvalorização observado na libra esterlina e o facto de o processo de negociação com a União Europeia não ter tido ainda início (espera-se que o artigo 50 do Tratado de Lisboa seja acionado apenas durante o 1º trimestre de 2017) significam que este tema não deverá ser esquecido pelos investidores.

A eleição de Donald Trump para presidente dos EUA, num contexto em que as duas câmaras do parlamento apresentam maiorias do partido republicano, acabou por ter um significativo impacto nos mercados financeiros ao nível de diversas classes de ativos. Depois de anos marcados por uma recuperação económica abaixo dos padrões históricos, a eleição de Donald Trump criou a expectativa de uma aceleração no ritmo de expansão, fruto de um plano de investimento em infra-estruturas, simplificação do código tributário e redução de impostos para famílias e empresas.

Perante a expectativa de um significativo multiplicador orçamental numa economia dos EUA já numa fase avançada do seu ciclo económico (e portanto propícia à geração de pressões inflacionistas), a Reserva Federal dos EUA tem mostrado sinais de desconforto, o que sugere que a resposta que teremos em termos da política monetária constitui uma das principais incógnitas de 2017.

Economia da Zona Euro surpreendeu pela positiva em 2016. China voltou a mostrar sinais de sustentação

Tendo por base as projeções de janeiro de 2017 do Fundo Monetário Internacional, a economia da Zona Euro deverá ter registado um ritmo de crescimento do PIB em termos reais de 1,7% em 2016 (vs. 1,6% para os EUA), conseguindo anular por completo a diferença de 0,6 pontos percentuais favoráveis aos EUA em 2015 (2,0% na Zona Euro vs. 2,6% nos EUA).

Na área dos países em vias de desenvolvimento, o ano de 2016 ficou marcado por recessões na Rússia e no Brasil. Contudo, as perspetivas são favoráveis para ambos os países em 2017, refletindo a expectativa de taxas de juro mais baixas num contexto de desinflação e cotações mais elevadas para as matérias-primas. No Brasil, as alterações políticas ocorridas em 2016 criaram condições para a implementação de um limite para as despesas primárias orçamentais e o início da discussão no parlamento relativamente a uma reforma laboral e da segurança social. Ainda na área dos países em vias de desenvolvimento, a China continuou a conseguir gerir da melhor maneira o esperado abrandamento no seu ritmo de crescimento em direção a um valor mais sustentável no longo prazo. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia deverá ter registado um ritmo de crescimento de 6,7% em 2016, um ligeiro abrandamento face ao ritmo de 6,9% observado em 2015, beneficiando da evolução do ciclo de crédito, suporte por parte da política orçamental e desvalorização da moeda.

O enquadramento de dólar forte, subida nas yields das obrigações do Tesouro dos EUA e possíveis medidas protecionistas (após a eleição de Donald Trump) cria, contudo, um contexto de incertezas para estes países à entrada

de 2017. No que diz respeito à China, 2017 poderá ficar marcado por uma maior preocupação pelos temas / reformas estruturais do que 2016, o que traduzir-se-ia num ritmo de menor crescimento económico.

Estabilização do contexto político, continuação de um ritmo moderado de crescimento económico e aumento do saldo primário orçamental marcaram o ano em Portugal

Segundo as projeções do Banco de Portugal contidas no Boletim Económico de dezembro de 2016, a economia Portuguesa deverá ter registado um crescimento do seu PIB (em termos reais) de 1,2% no ano passado, um abrandamento face ao ritmo observado em 2015 (1,6%), mas mesmo assim traduzindo uma reaceleração após o abrandamento observado entre o 2º trimestre de 2015 e o 2º trimestre de 2016. A economia Portuguesa continua, contudo, a apresentar um moderado crescimento, e voltou em 2016 (a exemplo do que sucedeu no ano anterior) a apresentar um ritmo de expansão abaixo da média da Zona Euro.

De qualquer forma, o ano de 2016 terminou com claros sinais positivos em indicadores de confiança para a economia portuguesa, como os índices de sentimento do INE ou da Comissão Europeia, com destaque para a evolução da confiança das famílias, refletindo uma avaliação mais favorável que é feita da economia, assim como beneficiando da recuperação do mercado de trabalho e do processo de reversão das medidas de austeridade implementadas durante o processo de assistência financeira ao país. Aliás, a estimativa do INE para o mês de novembro de 2016 coloca já a taxa de desemprego no valor mais baixo desde maio de 2009.

Não obstante a estabilização da situação política no país e a execução orçamental durante o ano, na qual se destaca a expectativa da obtenção de um saldo primário de +1,2% do PIB em 2016, segundo as previsões de outono da Comissão Europeia, as yields soberanas da dívida Portuguesa apresentaram uma tendência de subida ao longo do ano passado, traduzindo o contexto de yields mais elevadas observado na Europa e nos EUA, nomeadamente após a eleição de Donald Trump, a dificuldade em apresentar uma tendência de queda na dívida pública em percentagem do PIB e as incertezas em torno da qualidade dos ativos do setor bancário nacional.

Relativamente a este último tema, de referir que continuam a ser dados passos no sentido de resolver a deterioração dos balanços provocada pela anterior crise financeira e a forte recessão que o país apresentou, com destaque para o aumento de capital no BCP num valor superior a 1,3 mil milhões de euros e o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

O ano de 2016 revelou-se favorável à classe de ativos das ações. O índice PSI20 registou, contudo, uma taxa de retorno total negativa no ano passado

O ano de 2016 revelou-se positivo para as classes de ativos das ações (Europa, EUA e mercados emergentes), crédito (com destaque para o segmento do high yield) e matérias-primas (nomeadamente energia e metais industriais). Num ano marcado pela evolução favorável dos ativos de risco, continuação do ciclo de expansão da economia global e aumento nas expectativas de inflação na parte final do ano (após a eleição de Donald Trump), os mercados de dívida soberana na Europa e nos EUA registaram uma performance bem mais moderada.

Na Zona Euro, o Banco Central Europeu estendeu o seu programa de compra de títulos até ao final de 2017, embora tenha reduzido o montante mensal de compras em 20 mil milhões de euros para 60 mil milhões de euros a partir do início de abril de 2017. A yield das obrigações do Tesouro Alemão a 10 anos, depois de atingir um valor próximo de -0,20% em meados do ano passado, acabaria 2016 num valor junto de +0,20%.

Em Portugal, o índice PSI20 registou uma performance de -9,1% em 2016, incluindo o pagamento de dividendos. Aliás, apenas a parte mais curta da curva de obrigações do Tesouro (1-3 anos), conseguiu apresentar uma taxa de retorno total positiva (+1,0%), uma vez que também a parte mais longa da curva de obrigações do governo (7-10 anos) registou uma taxa de retorno total negativa no ano (-4,2%).

2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2.2.1. - A Actividade da FINCOR

No exercício de 2016, a FINCOR, consolidou a sua posição como o maior operador de bolsa independente em Portugal e um dos principais do mercado em Portugal. A FINCOR opera nos principais mercados mundiais e nas principais classes de ativos, sendo membro da NYSE Euronext (Lisboa, Amsterdão, Bruxelas e Paris). Fruto do trabalho realizado junto de investidores institucionais nacionais e internacionais ao longo dos últimos anos a FINCOR tem mantido uma posição de referência no mercado financeiro português.

Em 2016, e depois de em 2015 já termos presenciado uma queda de -37,7% dos volumes transacionados, o valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários financeiros registados na CMVM caiu - 25,9% face a igual período do ano, agravando ainda mais o cenário para os participantes. A FINCOR ocupou o 6.º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em ações por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 6,6%. No mercado de ações a FINCOR conseguiu aumentar a quota de mercado em quase 2,1%, em grande parte resultado do reforço da equipa comercial e reestruturação do *research*, com uma orientação mais direcionada para o cliente e para geração de novas ideias. Num ano de algumas mudanças organizativas e onde foi repensado todo o negócio da FINCOR, os clientes continuaram a rever-se na sua proposta de valor que se alicerça na isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

Constatou-se no ano transato uma redução da quota de mercado da FINCOR, em grande parte motivado pela queda significativa nos volumes de títulos de dívida pública e privada.

No segmento de operações de dívida pública e privada, a FINCOR sofre uma queda significativa nos volumes de títulos transacionados (-43%), conseguindo apenas alcançar o 5.º lugar do ranking do valor de ordens recebidas por intermediário financeiro. Mesmo assim este resultado em títulos de dívida pública ou privada apenas foi possível pela manutenção dos valores que tem permitido à FINCOR destacar-se no mercado de ações, nomeadamente, a isenção e independência, eficiência e qualidade de execução. Tal como no segmento acionista, os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras em Portugal.

Adicionalmente à evolução da atividade, a FINCOR manteve um grande foco na otimização dos recursos utilizados e levou a cabo um grande programa de corte de custos conseguindo reduzir quer a percentagem dos gastos diretos de intermediação, bem como uma redução significativa nos gastos gerais administrativos. Estas alterações implicaram uma mudança estrutural na atividade operacional da corretora, preparando a mesma para anos de reduzidos volumes de intermediação. A FINCOR conseguiu efetuar todos estes cortes de custos e ganhos de eficiência sem causar turbulência ou impacto significativo na qualidade de serviço prestado ao cliente. Dentro das alterações efetuadas e que merecem destaque, encontram-se:

- Implementação de mudança radical nos Dados de Mercado com contratação da BATS Chi-X e NASDAQ Basic reduzindo significativamente os custos de recolha e difusão de informação financeira;
- Reestruturação do *Research*, elaborando um produto mais comercial e orientado para geração de ideias, muito aplaudido pelos nossos clientes institucionais;
- Reestruturação e Atualização dos documentos de Abertura de Conta; e Reestruturação dos Preçários dos Clientes;
- Preparação da FINCOR para a era digital com o lançamento da área reservada e do portal do investidor de modo a ir ao encontro dos requisitos e tendências do mercado, lançamento do FINCOR | TRADER e da nova plataforma de CFD's New Generation em parceria com a CMC Markets.

2.2.2 - A Estratégia da FINCOR

Em 2016, a FINCOR continuou a implementar o plano de negócios delineado após a sua aquisição pelo Grupo Patris. A estratégia definida necessitou alguns ajustes, principalmente ao nível dos custos da sociedade para poder adaptar a FINCOR para a actual realidade do mercado de intermediação em Portugal. Os clientes continuaram a reconhecer a excelência do serviço que a FINCOR procura constantemente oferecer, assente nos seguintes valores fundamentais: objetividade, independência, rigor e profissionalismo.

A FINCOR continuou a fomentar fortemente o seu esforço comercial, captando novos clientes, institucionais e particulares, ao longo do ano de 2016. Os clientes institucionais, embora tenham perdido peso, continuam a ter um peso muito grande no volume total de comissões da FINCOR e atualmente representam perto de 90% do volume de negócios, sendo os restantes cerca de 10% originados em particulares.

A consolidação do modelo de negócio da FINCOR como corretora independente, passará por adaptar a FINCOR à actual realidade do mercado financeiro em Portugal, que encolheu em 2015 e 2016 quase 70% do seu valor. Num cenário em que consolidações e abandono de alguns *players* do mercado, 2017 será um ano chave para consolidar a FINCOR como uma corretora cada vez mais integrada num grupo independente e totalmente português. Para tal será necessário focar os esforços em:

- Aumentar a eficiência dos recursos atuais, quer através da otimização dos mesmos, quer pela reorganização das equipas e dos layouts quer do Front Office quer do Back Office.
- Continuar o processo de melhoria do produto atual da FINCOR. A área de research da FINCOR tem se pautado por princípios que consideramos essenciais como a competência, independência e rigor. Esta área é composta por uma equipa de elementos que combinam: i) elementos com elevada experiência e conhecimento de mercados com ii) elementos mais jovens com elevado foco e vontade de aprender. Com esta equipa de profissionais iremos continuar a produzir research diferenciado para institucionais e particulares, tendo sempre por objetivo a prestação de um serviço profissional e focado na geração de ideias independentes, quer de ações quer de títulos de dívida;
- Aumentar a base atual de clientes institucionais, quer através do aumento do esforço comercial como do reforço da própria equipa. Será lançada uma área reservada e um portal do investidor de modo a ir ao encontro dos requisitos e tendências do mercado. E em 2016 será equacionada o lançamento de uma plataforma transaccional de investimentos online para este segmento de mercado;
- Continuar a Identificação e renegociação regular de custos que permitem praticar preços competitivos que vão ao encontro das necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a FINCOR efetuará esforços para dinamizar a sua atividade em novos canais e na negociação de outros instrumentos financeiros, nomeadamente, através do canal *online* e da negociação de CFD's para clientes particulares, onde se espera que em 2017 seja lançada um novo site da FINCOR, com acesso às plataformas transaccionais online. A execução do plano estratégico de desenvolvimento da FINCOR passará sempre por:

- a) A dinamização da intermediação de ordens em Ações;
- b) O desenvolvimento da atividade em CFDs e em derivados;
- c) A introdução da negociação nos mercados de dívida pública e privada e
- d) O alargamento da negociação ao mercado cambial e a implementação do canal "online".

O investimento que foi feito no desenvolvimento de soluções de *front-office* e *back-office* para a negociação eletrónica e liquidação de transações de ações, procurando sempre obter os mais elevados padrões de funcionalidade e fiabilidade operacional, veio a traduzir-se em modernas e completas plataformas de negociação e controlo de risco operacional e financeiro.

2.2.3 - A Organização Interna da FINCOR

O ano de 2016 foi bastante desafiador quer em Portugal quer no restante globo, com eventos binários como a decisão do Brexit no UK ou as eleições norte americanas, e apenas a estrutura da FINCOR e o investimento feito em anos anteriores conseguiu dar alguma estabilidade, quer ao nível da segurança, quer ao nível de uma maior eficiência no tratamento das operações relacionadas com a atividade da FINCOR.

Para 2017 uma das maiores preocupações da administração continua a ser optimização dos recursos internos e a integração e melhoria dos sistemas de negociação, visando sempre melhorar o nível de serviço prestado aos clientes. Os riscos com a segurança são também uma preocupação, tendo-se sempre atualizada e ajustada a política de contingência de forma a cumprir-se com os requisitos impostos pelas Entidades de Supervisão, mitigando os riscos da sociedade.

Os procedimentos e políticas da FINCOR, continuarão a ter uma atenção prioritária do dia a dia dos seus profissionais, no sentido de se ter uma linha orientadora de atuação nas diversas áreas que intervêm na atividade da sociedade.

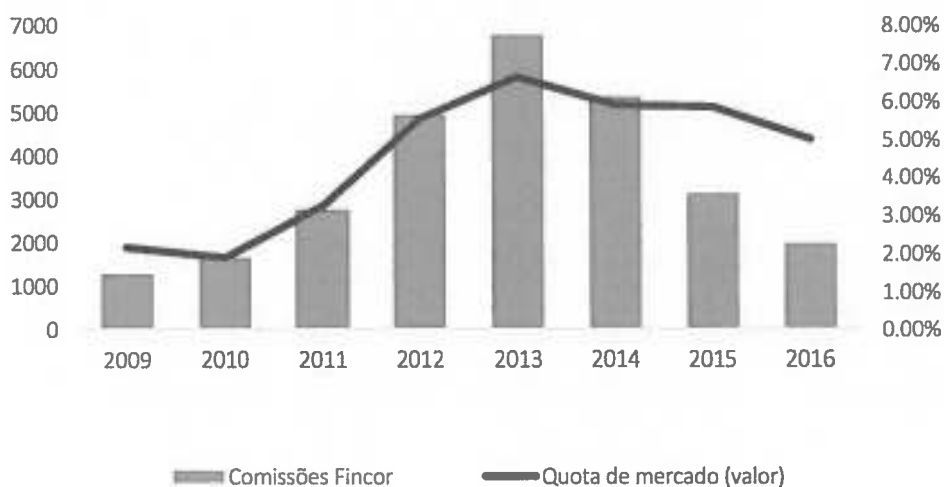
No que se refere aos parceiros de negócio, continuará a ser feito um estudo da eficiência financeira e requisitos e pressupostos da contratação dos mesmos, que levará no futuro a uma reorganização do modo como a FINCOR quer estar presente em todos os segmentos de negócio. A estrutura dos parceiros será fundamental para recuperar e normalizar a tendência de crescimento do passado, e olhar para o futuro com otimismo e responsabilidade.

2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2016, a atividade da FINCOR sofreu uma redução significativa do seu volume de negócios, em linha com o que se passou com o resto do mercado, para um valor de comissões brutas de 1.999 milhares de Euros e de comissões líquidas de 1.440 milhares de euros, o que reflete um decréscimo significativo relativamente ao exercício de 2015.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Comissões Brutas & Quota de Mercado
(em milhares de euros)



Apesar dos investimentos operacionais, informáticos, do *site* e da plataforma de negociação de CFD's, os principais custos da sociedade foram inferiores aos registados em 2015, resultado da forte política de corte de custos redundantes e de optimização da eficiência operacional da sociedade.

O produto bancário decresceu em 2016 para 1.458 milhares de euros, tendo os resultados depois de impostos sido negativos em 274 mil euros. Esta evolução negativa deveu-se em grande parte à queda dos volumes de prestação de serviços de estudos de investimento e análise financeira.

Importa também referir que a estrutura de custos da sociedade baixou significativamente em 2016 o que permitiu acomodar e reagir rapidamente a uma alteração adversa do volume de atividade, não comprometendo o patamar de sustentabilidade da sociedade. Espera-se que em 2017 esta tendência de redução de custos da sociedade continue até se atingir um nível de sustentabilidade muito mais positivo que em 2016.

O quadro seguinte resume os indicadores mais relevantes do período 2010 a 2016:

PRINCIPAIS INDICADORES ACTIVIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Comissões Brutas	1.662	2.747	4.920	6.813	5.352	3.178	1.999
Encargos com Comissões	746	1.263	2.427	3.498	2.794	1.737	559
COMISSÕES LÍQUIDAS	916	1.484	2.493	3.315	2.558	1.441	1.440
PRODUTO BANCÁRIO	1.763	1.331	2.493	3.235	1.708	2.113	1.458
Custos com Pessoal	360	347	702	836	642	648	704
Gastos Gerais Administrativos	933	1.083	1.344	1.625	1.796	1.302	976
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	433	-839	405	767	-52	139	-270
RESULTADO LÍQUIDO	300	-681	247	458	-171	4	-274
CAPITAL PRÓPRIO	909	223	478	936	765	769	694

2.4 NOTAS FINAIS

Durante o exercício de 2016 não ocorreram factos adicionais que mereçam nota de destaque para além dos referidos no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Mais se declara que não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias durante o exercício.

Adicionalmente se refere que nos primeiros meses de 2017 não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser refletidos nestas demonstrações financeiras ou de outro modo.

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade no decorrer do ano de 2016.

- Às entidades de supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;

- Aos órgãos de fiscalização – Fiscal Único da Sociedade e aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;

- A todos os clientes da Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que foram fatores decisivos para os resultados alcançados.
- Ao acionista único, a REAL VIDA SEGUROS, S.A. pelo apoio e orientação estratégica recebidos.

Lisboa, 10 de Abril de 2017



Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)



João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de Euros 273.889,82, seja transferido para Resultados Transitados.

3. ANEXOS

Anexo I - Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

1. A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A presente Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização (doravante “Política de Remuneração”) da FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A. (doravante “FINCOR”) visa dar cumprimento ao disposto nos artigos 115.º-C a 115.º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (doravante “RGICSF”), aplicável a esta sociedade por via do disposto ao abrigo do artigo 196.º, n.º 1 do mesmo diploma, bem como observar as disposições constantes dos Avisos n.º 5/2008 e n.º 10/2011 do Banco de Portugal e da Directiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013.

Pretende-se com a aprovação e implementação desta Política de Remuneração assegurar que a FINCOR se encontra em cumprimento com a legislação em vigor bem como com os mais elevados padrões de governo societário.

Conforme decorre da legislação e regulamentação supra referida compete à Assembleia Geral a fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais, ao passo que ao Conselho de Administração compete estabelecer as remunerações dos seus colaboradores, motivo pelo qual a presente Política de Remuneração será aprovada em Assembleia Geral da FINCOR.

2. SUJEITOS

A presente Política de Remuneração é elaborada tendo em conta a dimensão, organização interna e natureza da FINCOR, sendo aplicável aos seguintes membros dos seus órgãos estatutários: (i) Membros do Conselho de Administração; (ii) Membros do Conselho Fiscal.

3. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Actualmente nenhum dos administradores designados para o Conselho de Administração da FINCOR é remunerado pelo exercício do respectivo cargo.

Os administradores designados para o Conselho de Administração não auferem remuneração fixa ou variável pelo exercício dos respectivos cargos, não auferindo qualquer compensação directa ou indirecta pelo exercício do cargo, não estando abrangidos por qualquer plano de pensões ou benefícios discricionários.

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Sem prejuízo o supra referido quanto à não remuneração, a disponibilidade, empenho e dedicação dos membros do Conselho de Administração é garantido por políticas de remuneração e benefícios pecuniárias e não pecuniários a nível de grupo.

4. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Actualmente nenhum dos membros do Conselho Fiscal da FINCOR é remunerado pelo exercício do respectivo cargo. Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados na remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

5. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O revisor oficial de contas da FINCOR será remunerado, em montante fixo, de forma anual (fraccionado ou não), tendo por base contrato escrito de prestação de serviços a ser celebrado entre a FINCOR e o revisor oficial de contas. Remuneração essa que atenderá à dimensão e complexidade da actividade da sociedade.

6. COMPENSAÇÃO POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES

Não se encontram previamente definidos os montantes das compensações a serem pagas a título de compensação pela cessação antecipada de funções dos titulares dos órgãos sociais da Sociedade. Os eventuais pagamentos relacionados com a cessação antecipada do exercício de funções devem reflectir o desempenho verificado ao longo das mesmas, de forma a não incentivar comportamentos desadequados.

Inexistindo acordo quanto à compensação, em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Atendendo à não remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, mesmo potencialmente não haverá lugar ao pagamento de qualquer compensação.

Não se encontra previsto o pagamento de qualquer compensação por cessação de funções.

7. COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

Face à dimensão tanto da estrutura dos Órgãos Sociais (Administração e Fiscalização), estrutura de recursos humanos, bem como organização interna e dimensão da FINCOR, não será constituído qualquer Comité de Remunerações, tendo especialmente em consideração que a Sociedade não se qualifica como entidade significativa, nos termos e para os efeitos do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal.

8. APROVAÇÃO E ALTERAÇÕES

A presente Política de Remuneração é aprovada em Assembleia Geral, sendo a fixação das remunerações igualmente deliberada anualmente em Assembleia Geral.

Todas as alterações à presente Política de Remuneração serão aprovadas em Assembleia Geral, sendo a presente Política e suas futuras revisões imediatamente implementadas após a aprovação em Assembleia Geral.

9. REVISÃO E ACOMPANHAMENTO

A verificação da implementação e aplicação da Política de Remuneração deverá ser efectuada pelo órgão de fiscalização da FINCOR, pelo menos uma vez ao ano, tendo em vista verificar se a mesma se encontra efectivamente a ser aplicada e de que forma poderá ser melhorada e adaptada à realidade da FINCOR. Eventuais melhorias, modificações, bem como os respectivos procedimentos de melhoria ou correcção à presente Política de Remuneração deverão ser sugeridas pelo órgão de fiscalização em relatório por si preparado.

O relatório a ser preparado pelo órgão de fiscalização da FINCOR deverá ser apresentado em Assembleia Geral, tendo em vista a modificação ou não da Política de Remuneração.

10. DIVULGAÇÃO

A presente Política de Remuneração deve constar dos documentos de prestação de contas, do “relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário”, sendo ainda objecto de publicação no site da FINCOR.

Adicionalmente, nos termos do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal o órgão de administração enviará ao Banco de Portugal uma declaração sobre a conformidade da presente Política de Remuneração.

Anexo II - Posição Acionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição acionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2016, era a seguinte:

- Nenhum membro dos órgãos sociais detinha ações da empresa em 31 de Dezembro de 2016 nem transacionou ações da empresa em 2016.

Anexo III - Participações de acionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Participações de acionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

- Acionistas com pelo menos metade do capital social:

Real Vida Seguros, S.A.

Anexo IV- Documentos de Prestação das Contas e de Fiscalização e Auditoria

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rue Duque de Palmela, 37 - 3.º Andar, 1250-097 Lisboa
 Pessoa Colectiva e inscrita na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502805590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (Integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	2016	2015
Juros e rendimentos similares	18	1	0
Juros e encargos similares	19	(28)	(28)
Margem financeira		(27)	(28)
Rendimentos de serviços e comissões	20	1.899	3.178
Encargos com serviços e comissões	20	(559)	(1.737)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)			9
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		(20)	184
Resultados de realiação cambial (líquido)			-
Resultados de alienação de outros activos		65	507
Outros resultados de exploração	21	1.458	2.113
Produto bancário		(704)	(648)
Custos com pessoal	22	(976)	(1.302)
Gastos gerais administrativos	23	(46)	(57)
Amortizações do exercício	67	(2)	34
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	(270)	139
Resultado antes de impostos			
Impostos		(46)	(136)
Correntes	9	42	-
Diferidos	9	(274)	4
Resultado líquido do exercício			
Numero de acções		345.472	345.472
Resultado por acção (em Euros)		(0,79)	0,01

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Handwritten signature: Humberto Sousa

Handwritten signature: Humberto Sousa

Handwritten mark: 1

Handwritten mark: Sousa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



CORRETORA

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		1.995	3.178
Pagamento de juros e comissões		(576)	(1.709)
Pagamento a pessoal e fornecedores		(2.596)	(2.468)
(Pagamento) / Recebimento de imposto sobre o rendimento		(138)	(172)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional			1.308
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		(1.315)	137
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		(3)	
Aplicações em instituições de crédito			
Outros activos e outras contas de regularização		921	(1.060)
		918	(1.060)
Caixa líquida das actividades operacionais		(397)	(923)
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis		(28)	(26)
Caixa líquida das actividades de investimento		(28)	(26)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Prestações acessórias de capital		200	
Empréstimos Subordinados		800	
Distribuição de dividendos			
Pagamento de juros		(10)	
Distribuição de outras reservas			
Caixa líquida das actividades de financiamento		990	
Variação líquida em caixa e equivalentes		565	(949)
Caixa e equivalentes no início do período		2.818	3.767
Caixa e equivalentes no fim do período	4	3.383	2.818

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Husebinto Soares

Carla Maria Cabral

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 Rua Duque de Palmela, 37 - 3º Andar, 1250-087 Lisboa
 Pessoa Coletiva e inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2016**
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Outros		Outras reservas e resultados transferidos		Resultado líquido do exercício	Total
	Capital realizado	Instrumentos de capital	Reserva Legal	Outras reservas		
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.724	-	271	(1.059)	(171)	765
Alterações no período:						
Aplicação do lucro do exercício de 2014						
Transferência para reservas e resultados transferidos				(171)	171	-
Rendimento Integral de 2015					4	4
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.724	-	271	(1.230)	4	769
Alterações no período:						
Aplicação do lucro do exercício de 2015						
Transferência para reservas e resultados transferidos				4	(4)	(1)
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio					(274)	(275)
Rendimento Integral de 2016		200				200
Operações com detentores de Capital em 2016						
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.724	200	271	(1.226)	(274)	694

O ano faz parte integrante destas demonstrações

Muhammad Saïdan

Muhammad Saïdan

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL



CORRETORA

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa

Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	(274)	4
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(1)	-
Rendimento integral	(275)	4

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Marcos Soares

Carla Pereira Antunes
/ 1

Marcos Soares

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, em Lisboa.

A Sociedade tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua atividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efetuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais.

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social. Actualmente a sociedade integra o Grupo Patris e desde 27 de Setembro de 2013, é detida integralmente pela Real Vida Seguros, S.A..

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, exceto no que se refere aos ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006, a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com exceção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

A 31-12-2016 os câmbios das moedas em utilização pela Sociedade são como segue:

31-12-2016	
Moeda	Taxa de câmbio
Coroa Dinamarquesa	7,4344
Coroa Noroeguesa	9,0863
Coroa Sueca	9,5525
Dólar Canadiano	1,4188
Dólar da Nova Zelândia	1,5158
Dólar de Hong Kong	8,1751
Dólar dos Estados Unidos	1,0541
Franco Suiço	1,0739
Iene Japonês	123,4
Libra Esterlina	0,85618
Rand da África do Sul	14,457

Os proveitos e custos relativos às transação em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transação em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Ativos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como ativos financeiros detidos para

f
Mareca
e

negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidas diretamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos ativos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transação e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em Junho de 2011, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão por incorporação das prestações suplementares de capital.

e) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	<u>Anos de vida útil</u>
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Ativos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com o *software* adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflete para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

g) Provisões

As provisões constituídas visam fazer face a potenciais riscos futuros decorrentes da atividade da Fincor, nomeadamente riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos, de acordo com o IAS 37 (Nota 12).

h) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela gestão, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

No que concerne às principais estimativas utilizadas, são de referir os Impostos. O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Adicionalmente, são de referir as estimativas associadas a provisões e passivos contingentes, contabilizadas ou divulgadas conforme previsto na IAS 37. O reconhecimento ou divulgação de obrigações presentes ou possíveis exige julgamento significativo por parte da gestão.

f
Spencer
ca

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Caixa	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	229	397
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	3.154	2.421
	<u>3.383</u>	<u>2.818</u>

Os Depósitos à ordem em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Em instituições no País		
Millenium BCP	207	335
Banco BIC Português	14	48
Novo Banco	4	7
Barclays	3	4
Caixa Geral de Depósitos	1	3
	<u>229</u>	<u>397</u>
Em instituições no estrangeiro		
KAS BANK	3.027	1.534
Inversis	127	926
ETX		44
Interactive Brokers		(35)
ED&F MAN		(48)
	<u>3.154</u>	<u>2.421</u>
	<u>3.383</u>	<u>2.818</u>

f
Waller
de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016, os Depósitos à ordem eram determinados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

31-12-2016	
EUR	76%
USD	21%
GBP	2%
CHF	1%
	100%

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 4.750/2019	4,75%	16	-	(1)	15
		16	-	(1)	15

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 4.750/2019	4,75%	13	-	-	13
		13	-	-	13

Em 2016, foram adquiridas mais 267.000 títulos no valor de 3mEuros.

f.
Macreos
ca

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2016								
	31-12-2015			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2016		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(171)	1	-	-	-	172	(172)	0
	172	(171)	1	-	-	-	172	(172)	0
Equipamento									
Mobiliário e material	149	(142)	7	-	-	(2)	149	(144)	5
Máquinas e ferramentas	38	(38)	-	-	-	-	38	(38)	-
Equipamento informático	701	(698)	3	4	-	(7)	705	(705)	-
Instalações interiores	347	(334)	13	-	-	(3)	347	(337)	10
Material de transporte	59	(32)	27	-	-	(14)	59	(46)	13
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	32	(9)	24	-	-	(3)	32	(11)	21
	1.337	(1.263)	74	4	0	(29)	1.341	(1.292)	49
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.635	(1.580)	75	4	-	(29)	1.639	(1.590)	49

	2015								
	31-12-2014			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(171)	1	-	-	-	172	(171)	1
	172	(171)	1	-	-	-	172	(171)	1
Equipamento									
Mobiliário e material	145	(141)	4	5	-	(1)	149	(142)	7
Máquinas e ferramentas	38	(38)	-	-	-	-	38	(38)	-
Equipamento informático	698	(670)	28	3	-	(28)	701	(698)	3
Instalações interiores	347	(333)	14	-	-	(1)	347	(334)	13
Material de transporte	59	(21)	38	-	-	(11)	59	(32)	27
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	15	(7)	8	17	-	(1)	32	(8)	24
	1.313	(1.221)	92	25	0	(42)	1.337	(1.263)	74
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.611	(1.518)	93	25	-	(42)	1.635	(1.580)	75

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

f.
Arceles
2016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2016							
	31-12-2015			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2016		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	79	(62)	17	25	(17)	104	(79)	25
Total Activos intangíveis	79	(62)	17	25	(17)	104	(79)	25

	2015							
	31-12-2014			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	77	(47)	30	3	(15)	79	(62)	17
Total Activos intangíveis	77	(47)	30	3	(15)	79	(62)	17

8. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Participação efetiva	Custo de Aquisição	31-12-2016				Imparidade	Valor de Balanço
			Juros a receber	Reserva de Justo Valor				
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	0	-	-	-	-	0	
		0	-	-	-	-	0	

	Participação efetiva	Custo de Aquisição	31-12-2015				Imparidade	Valor de Balanço
			Juros a receber	Reserva de Justo Valor				
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	5	
		5	-	-	-	-	5	

Em 2016 foi desreconhecida a participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos ACE (BPN ACE) no montante de 5mEuros. Esta exoneração vem em consequência da Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009 em virtude da compra da Sociedade pela Patris Investimentos SGPS, S.A..

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	56	54
	56	54
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(46)	(136)
	(46)	(136)
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	43	
Relativos a Prejuízos Fiscais	43	
	43	

f
Spaccas
Ca

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto no exercício de 2016 pode ser demonstrada como se segue:

Reconciliação da Taxa de Imposto

	2016
Resultado Antes de Imposto	271
Taxa Nominal de Imposto	22,5%
	<u>61</u>
Diferenças Permanentes (i)	
Ajustamento à Colecta	69
Imposto sobre o Rendimento do exercício	69
Taxa efetiva de imposto	25%
Imposto Corrente	<u>(46)</u>
Imposto Diferido do Exercício	<u>42</u>
	<u>(4)</u>

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Operações de bolsa por regularizar	5.145	4.938
Devedores diversos	755	546
Despesas com custo diferido	185	46
Rendimentos a receber	49	141
	<u>6.134</u>	<u>5.672</u>

O montante reconhecido em Devedores diversos inclui o montante de 596mEuros relativo à Patris Investimentos SGPS, S.A.. Entre estes, inclui-se o montante de 353 mEuros relativos a cessão de crédito à Patris Investimentos, SGPS, SA referente a reembolsos de impostos devidos pelo KAS Bank.

11. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRESTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Empréstimos	800	
Juros de empréstimos	6	1
	<u>806</u>	<u>1</u>

Em Setembro de 2014, foi assinado com a Real Vida Seguros, S.A. um contrato de facilidade de tesouraria remunerado a uma taxa anual de 2% com juros semestrais. O montante apresentado nesta rubrica diz respeito aos juros a pagar pela Fincor à data de reporte bem como o capital em dívida.

f.
Marcos
de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

12. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	31-12-2015	Anulações e		Trasferências NCA's	Diferenças cambiais	31-12-2016
		Dotações	Reposições Utilizações			
Outras provisões						
Para riscos gerais de crédito	5	2				7
	5	2				7
	5	2				7

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Operações de bolsa a regularizar	5.139	4.897
Outros encargos a pagar	185	187
Credores diversos	2.830	2.661
	8.154	7.745

14. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Fincor ascendia a 1.724 mEuros, sendo detido integralmente pelo seguinte acionista:

	% de Participação	Montante
Real Vida Seguros, S.A.	100%	1.724

15. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Prestações Acessórias	200	200

Foi deliberado em Assembleia Geral, no dia 22 de Julho de 2016 a realização de prestações acessórias pelo acionista único da Sociedade visando cumprir com o disposto ao abrigo do artigo 63.º do Regulamento (EU) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, 26 de Junho de

f.
Real Vida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instruções de crédito e para as empresas de investimento.

16. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Reservas de reavaliação	(1)	
Outras reservas e resultados transitados	(955)	(959)
Resultado líquido do exercício	(274)	4
	<u>(1230)</u>	<u>(955)</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efetuada no âmbito da aplicação das NCA's.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

17. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósitos e Guarda de valores		
KAS BANK	9.500	18.719
Inversis	5.234	3.806
Banco Invest		7.937
	<u>14.734</u>	<u>30.462</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Depósito de guarda de valores" diz respeito aos títulos de clientes para os quais a Fincor, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Responsabilidades por prestações de serviços	1	
	<u>1</u>	

19. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Juros de credores e outros recursos	28	28
	<u>28</u>	<u>28</u>

20. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSOES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	1.990	2.949
Outras comissões recebidas	9	8
Por serviços prestados	0	221
	<u>1.999</u>	<u>3.178</u>
Encargos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	559	1.737
	<u>559</u>	<u>1.737</u>

As lojas da Fincor atuam como recetoras de ordens para a Sociedade.

Os principais aspetos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspetos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

f.
Harcos
6

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	79	775
	<u>79</u>	<u>775</u>
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(14)	(268)
	<u>(14)</u>	<u>(268)</u>
Outros Resultados de exploração	<u>65</u>	<u>507</u>

22. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Salários e vencimentos	551	506
Encargos sociais obrigatórios	136	117
Outros custos com pessoal	16	25
	<u>704</u>	<u>648</u>

Em 2017, a Fincor cessou o vínculo laboral com quatro colaboradores, tendo-lhes pago, a título de compensação, o montante de 63 mEuros.

O efetivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante 2016 e 2015, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Funções de direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	16	16
Funções administrativas	2	2
	<u>19</u>	<u>19</u>

6.
Haveres
de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Comunicações	367	464
Deslocações, estadas e representação	184	320
Rendas e alugueres	32	66
Honorários e avenças	41	36
Publicidade e edição de publicações	13	28
Multas e penalidades	8	9
Fornecimentos	11	7
Conservação	1	5
Seguros	3	4
Outros serviços de terceiros		
Informática	248	281
Serviços especializados	52	56
Limpeza	6	7
Judiciais, contencioso e notariado	1	2
Outros	10	18
	<u>976</u>	<u>1.302</u>

24. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2016, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Outros Ativos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	596	
Real Vida Seguros, S.A.	70	
	<u>666</u>	<u>0</u>
Outros Passivos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.		246
Real Vida Seguros, S.A.	831	
	<u>831</u>	<u>246</u>
	<u>(166)</u>	<u>(246)</u>

f.
Muller
Co

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A 31 de Dezembro de 2016, o grupo económico no qual a Fincor está integrada era composto pelas seguintes entidades:

- Patris Investimentos, SGPS, S.A.
- Aero Topográfica, Lda.
- Companhia das Aguas Medicinaias da Felgueira, S.A.
- Nova Companhia do Grande Hotel das Caldas da Felgueira, S.A.
- Patris Capital Partners – FCR
- Aero Topográfica II, S.A.
- IMOPATRIS – FEII
- REAL VIDA SEGUROS, S.A.
- Real Capital – FCR
- Patris – SGFTC, S.A.
- BANIF Pensões, SGFP, SA
- Iberpartners Cafés, SGPS,SA
- Indumape – Industrialização de fruta, SA

25. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2016		
	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	15	-	15
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	-	-
	<u>15</u>	<u>0</u>	<u>15</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, o justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	2015		
	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	13	-	13
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5
	<u>13</u>	<u>5</u>	<u>18</u>

F
mauro
de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

26. HONORARIOS AUFERIDOS PELO ROC

Em 2016, A Fincor pagou, a títulos de honorários, à Oliveira, Reis & Associados. SROC, Lda. Os seguintes montantes:

- Revisão de contas: 10.332 euros
- Outros serviços de garantia de fiabilidade efetuados por exigência legal: 13.222,50 euros

27. PASSIVOS CONTINGENTES

À data de 31/12/2016 encontravam-se a decorrer os seguintes pleitos judiciais ou extrajudiciais:

- Processo n.º 8185/16.8T86SB interposto pelo Baader Bank Aktiengesellschaft referente a alegado incumprimento contratual pela Fincor de contrato de compra e venda de 2.000.000 de obrigações da República Argentina no valor de 542.095,20 euros.
- Processo n.º 8869/19.0T8LSB interposto por Maria de Lurdes Pinheiro Fernandes Lopes e Marta Maria Fernandes Correia Lopes referente a alegado incumprimento contratual no valor de 193.788,20 euros.
- Processo de Contra-ordenação n.º101/14/CO interposto pelo Banco de Portugal – Departamento de Averiguação e Acção Sancionatória que aguarda decisão.

É convicção da administração da Fincor - Sociedade Corretora, S.A que, dos processos acima mencionados, não irão resultar quaisquer responsabilidades futuras para a sociedade.

28. GESTÃO DE RISCOS

Função de “Controlo e Gestão de Risco”

As funções de Controlo e Gestão de Riscos estão definidas no artigo 305º-B do Código de Valores Mobiliários e são asseguradas de forma independente por todas as áreas e departamentos da Fincor sendo, em especial monitorizadas pela Área de Controlo e Gestão de Riscos, a qual está dotada dos poderes necessários para um acesso livre a toda e qualquer informação relevante de cada uma das áreas da Sociedade, e a função é desempenhada de forma permanente, efetiva e independente das áreas funcionais.

Os riscos inerentes ao desempenho da atividade da Sociedade são acompanhados no dia-a-dia da atividade pelos responsáveis de cada departamento, cabendo aos mesmos garantir a implementação e cumprimento dos procedimentos e limites de risco definidos pelo Conselho de Administração.

Compete à Área de Controlo e Gestão de Riscos, em articulação com o Compliance:

- a) Adotar políticas e procedimentos para identificar e gerir os riscos relacionados com as atividades, procedimentos e sistemas, considerando o nível de risco tolerado e a dimensão e atividade da Sociedade;
- b) Assegurar a aplicação da política e dos procedimentos adotados pela Sociedade e avaliar a exposição aos riscos de mercado, de liquidez e de contraparte, bem como a exposição a todos os outros riscos que possam ser significativos, designadamente os riscos operacionais;

*H. F. -
H. F. -
ca*

- c) Prestar aconselhamento ao órgão de administração e elaborar e apresentar a este e ao órgão de fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, relativo à gestão de riscos, indicando se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências;
- d) No caso de ocorrerem quaisquer alterações significativas afetas aos procedimentos de gestão de riscos, deve-se notificar a CMVM.

PRINCIPAIS RISCOS A QUE A SOCIEDADE ESTÁ EXPOSTA

Risco de Mercado

Trata-se do risco de perdas resultantes da flutuação adversa do valor dos instrumentos financeiros, incertezas da inflação, da política monetária, da política cambial, das taxas de juro, entre outras, que podem ter impacto nas taxas e nos preços dos Ativos.

O Risco de Mercado é exclusivamente assumido pelos clientes, o que não invalida que face a condições adversas de mercado a Sociedade responda atempadamente e com todo o profissionalismo às solicitações dos mesmos, tentando estimar e minimizar as perdas potenciais, devido às circunstâncias apresentadas pelo Mercado.

Risco de Taxa de Juro

Resulta de mudanças nas curvas de juros, *spreads* de crédito, possíveis alterações nas políticas soberanas de um país, entre outros.

A Sociedade está pouco exposta ao Risco de Taxa de Juro devido ao facto de deter uma pequena percentagem de Obrigações do Tesouro por imposição do Sistema de Indemnização aos Investidores. Logo, o impacto é bastante reduzido.

Risco da Taxa de Câmbio

O Risco de Taxa de Câmbio é praticamente inexistente, atendendo a que a Sociedade possui contas de disponibilidades expressas em moedas diferentes do Euro para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas pela área de Suporte e Back-Office.

Os saldos nessas moedas são sempre reduzidos e os montantes excedentários convertidos com regularidade para Euros por forma a minimizar o Risco de Taxa de Câmbio.

Risco de Liquidez

Com a análise deste risco, pretende-se observar a evolução da situação de liquidez da Sociedade e dos seus Clientes.

O Risco de Liquidez da Sociedade é controlado pela área de Suporte e Back-Office, quer através da análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias, por forma a garantir que os nossos compromissos para com Terceiros, assim como, as liquidações dos Ativos negociados, são realizados conforme o esperado.

Handwritten signature and initials

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

No caso das disponibilidades, são depósitos à ordem em instituições de crédito nacionais e internacionais credíveis. Existe ainda um controlo rigoroso dos saldos bancários através das reconciliações bancárias efetuadas pela Área de Suporte e Back-Office e pela Área Financeira.

Risco de Contraparte

De uma forma genérica este risco resulta da incapacidade de cumprimento de Terceiros, em honrar atempadamente as suas obrigações financeiras para conosco.

Risco de Contraparte → Brokers e Custodiantes

No que respeita ao risco de Contraparte de Terceiros com quem a Sociedade estabeleceu relações comerciais e/ou de transação de cash ou de Ativos, já se encontra implementado junto da área de Suporte e Back-Office um processo de seleção e avaliação de desempenho dos *Brokers* e Custodiantes com quem trabalham diariamente, através de uma matriz de desempenho.

Adicionalmente são elaborados relatórios anuais com informação relevante sobre os Custodiantes e *Brokers* mais utilizados, onde será incluído o respetivo *rating* atribuído a cada um deles e elaborada uma lista sugestiva dos *brokers* a não usar em futuras transações, devido à sua fraca reputação.

Risco de Crédito

A Fincor, atendendo à legislação específica para este tipo de sociedades, não pode conceder crédito. Por isso o risco de crédito é praticamente inexistente e decorre exclusivamente da existência excepcional de saldos devedores, o que não é uma situação de concessão de crédito em sentido estrito.

O dinheiro dos clientes é depositado em contas bancárias abertas em nome da Fincor por conta dos seus clientes. Estas contas podem ser referentes a um único cliente ou a uma pluralidade de clientes (contas Jumbo). O recurso a Custodiantes e a depositários implica exposição ao risco de crédito destas entidades, em caso de insolvência ou incapacidade financeira das mesmas.

Numa situação de insolvência ou de incapacidade financeira de um banco custodiante ou depositário dos fundos dos clientes na Fincor, na medida em que não seja possível acionar o Fundo de Garantia de Depósitos ("FGD"), o Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII"), ou sistemas estrangeiros equiparados, vir a encontrar-se numa situação em que o banco custodiante ou depositário não consiga devolver-lhe o dinheiro ou ativos que junto de si foram depositados.

Por forma a minimizar este risco, a Fincor:

- I. Cumpre com elevada diligência o dever de escolha e avaliação de Custodiantes e depositários, considerando a sua capacidade técnica, a sua reputação no mercado e os requisitos legais ou regulamentares e as práticas de mercado relativas à detenção de dinheiro ou de instrumentos financeiros de clientes por essas entidades;
- II. Toma medidas imediatas caso suspeite da solvabilidade ou saúde financeira de qualquer custodiante;
- III. Informa devidamente os clientes do enquadramento desta situação.

No caso dos valores a receber resultantes das comissões debitadas aos clientes o risco de crédito está minimizado, já que a sociedade, conforme estipulado contratualmente com os clientes, pode movimentar as respetivas contas para efetuar o pagamento das suas comissões.

Risco de Compliance

f.
Mecenas
/

O risco de Compliance exprime a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital da Fincor, ou das contas de clientes, decorrentes de violações ou da não conformidade, relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por forma a minimizar o risco de impactos negativos decorrentes de violações de leis, regulamentos e outras normas, a sociedade designou um Compliance Officer e criou políticas e procedimentos, cuja aplicação e cumprimento monitoriza regularmente.

O Risco de Compliance é controlado pela Área de Compliance, a qual é dotada de suficiente autonomia, responsabilidade e independência para uma efetiva mitigação deste risco, e pelo Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital da Fincor, das contas de clientes, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.


A sociedade não é responsável pelos resultados obtidos pelos clientes, desde que tenha atuado com diligência e no exclusivo interesse dos clientes e dos participantes. Perdas resultantes de certos erros de gestão poderão ser imputadas à Fincor.

Por forma a minimizar este risco, a Fincor adotou um conjunto de políticas e procedimentos, envolvendo designadamente:

- a. Uma estrutura organizativa que, tanto quanto possível, segregue, não só as diferentes atividades, como também os diferentes níveis (decisão, execução, registo e controlo) a que é desenvolvida cada atividade; ao fazer intervir diferentes pessoas e diferentes órgãos, a segregação de funções visa diminuir a probabilidade de enganos, lapsos e fraudes;
- b. Regras que têm em vista a segurança dos patrimónios, exigindo a intervenção de dois administradores para obrigar a Fincor;
- c. Uma matriz de classificação autónoma do perfil de risco e de utilizador, com vista a capacitar cada Cliente/ Utilizador das ferramentas, limites de atuação e acessos ao Mercado mais adequados ao seu perfil;
- d. A existência de documentação interna e de formulários padronizados e a tipificação clara e objetiva de todos os elementos necessários para o processamento das operações;
- e. Um sistema de reporte interno, através do qual os serviços da sociedade prestam um conjunto variado de elementos de informação à Administração e a certas funções chave, como seja o Controlo e Gestão de Riscos, o Compliance e a Auditoria Interna;
- f. Requisitos internos para aprovação das operações, com o conhecimento das condições de aprovação e das áreas competentes.

Em complemento à mitigação do Risco Operacional, a FINCOR impôs um conjunto de práticas, princípios e mecanismos de controlo claramente definidos e documentados em Políticas e Procedimentos, bem como, a promoção de um acompanhamento proactivo, com a periodicidade necessária de forma a mitigar os riscos associados.

Risco dos Sistemas de Informação



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A Fincor incorre nos riscos relacionados com a eventual inadaptabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, a possibilidade de acessos não autorizados a dados, falhas na integridade dos dados e falhas nos sistemas que asseguram a continuidade do negócio.

Para minimização destes riscos, a sociedade adotou, entre outros, os seguintes procedimentos e mecanismos:

- I. Restrições ao acesso, aos equipamentos, aos sistemas e à informação;
- II. Acordos de manutenção de hardware e software;
- III. Um sistema de cópias de segurança;
- IV. Equipamentos redundantes;
- V. Um conjunto de regras de segurança informática.

Em particular, a Fincor utiliza as seguintes aplicações informáticas:

- Sifox Backoffice – Aplicação integrada de gestão de clientes e operações;
- Navision – Aplicação de contabilidade;
- Microsoft Office – Aplicações de apoio à gestão;
- Bloomberg – Aplicação de acesso a dados dos mercados financeiros e Trading;
- Sifox Deal – Aplicação de acesso a dados dos mercados financeiros e Trading;
- Gestão Web (bancos custodiantes) – Aplicações que permitem a gestão da operativa.

Estas aplicações foram adquiridas a fornecedores externos, são efetuados com regularidade upgrades pelos respetivos fornecedores e foram adquiridas num regime de licença de utilização, pelo que a empresa não dispõe por isso do código base e da documentação técnica.

As aplicações utilizadas têm vindo a manifestar-se adequadas face à estratégia da empresa e ao desenvolvimento dos seus negócios. Existem ainda pequenas aplicações (Excel e macros) produzidas para facilitar o trabalho dos utilizadores.

Para garantir a segurança e integridade da informação foi implementada uma solução automatizada de *backups* que diariamente salvaguardam a base de dados que suporta a atividade da empresa. Uma cópia do *backup* é enviada automaticamente para um servidor fora das instalações da empresa. Desta forma é possível no caso de qualquer contingência, a reposição rápida de toda a informação a partir dos *backups*.

Para além das ligações de dados ao exterior serem monitorizadas através de *firewall*, as comunicações com as lojas, são efetuadas através de linhas ponto a ponto, de forma a impedir qualquer violação ou acesso aos dados transmitidos.

O acesso aos dados é condicionado por *passwords* individuais, as quais estão definidas por perfil de utilizador, estabelecendo assim diferentes níveis de acesso à informação.

Risco de Estratégia

A Fincor está sujeita à tomada de decisões estratégicas inadequadas, à deficiente implementação das decisões ou à incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios da sociedade. Este risco é colmatado pela Fincor ao focar-se na atividade corretagem, exercendo-as com a máxima prudência e no interesse exclusivo dos seus clientes.

Compete ao Conselho de Administração a definição da estratégia da empresa bem como monitorizar o risco de estratégia.

Esta monitorização do Risco de Estratégia é efetuada através de:

- o Elaboração de orçamentos anuais e controlo da atividade em termos de execução/orçamento;

f.
Marcos
6

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

- o Análise de toda a informação disponibilizada pela CMVM relativamente às sociedades concorrentes e da evolução da respetiva quota de mercado;
- o Inquéritos às necessidades dos nossos clientes e à sua satisfação com os serviços prestados pela empresa;
- o Adaptação da empresa face às constantes alterações legislativas e determinadas pelos reguladores e análise do seu impacto em termos de negócio;
- o Acompanhamento da implementação das decisões.

Existe também em Outsourcing, um apoio relativamente ao enquadramento jurídico e fiscal com a finalidade de serem identificados e acautelados os riscos associados à estratégia.



Risco de Reputação

O risco de reputação tal como definido no Artigo 11.º do Aviso do BP n.º 5/2008 caracteriza a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital da Fincor, decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, inerente à própria atividade da Fincor.

Por forma a minimizar este risco, no desenvolvimento das suas atividades a sociedade cultiva uma postura de discrição e prudência (baixo nível de risco).

Compete principalmente ao Conselho de Administração, ao Controlo e Gestão de Risco e ao Compliance Officer, a identificação das potenciais fontes geradoras deste risco e garantir que sejam devidamente tratadas, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência, por forma a minimizar eventuais impactos na Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 9.707 milhares de euros e um total de capital próprio de 694 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 274 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A., em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Conforme divulgado na nota 10 do anexo, a Entidade celebrou com uma empresa do grupo, a Patris Investimentos SGPS, S.A., um contrato de cedência de um crédito perante terceiros, o qual tem pendência jurídica em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

1 de 5



MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PROVISÕES E DIVULGAÇÕES ASSOCIADAS A PASSIVOS CONTINGENTES

Risco

A Entidade atua num setor regulamentado, estando sujeita a normativo específico da sua atividade, encontrando-se sob supervisão do Banco de Portugal e da CMVM. Conforme expresso na nota 2 do anexo, referente às principais estimativas e incertezas associadas à aplicação de políticas contabilísticas, o julgamento ou divulgação de obrigações presentes ou possíveis, conforme previstas nas IAS 37, exige julgamento significativo por parte do órgão de gestão. Na nota 26 – passivos contingentes, é efetuada a divulgação de um conjunto de processos cuja eventual materialização teria impacto significativo na posição financeira da Entidade.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria efetuados incluíram a realização, entre outros:

- Obtenção de confirmações externas e análise dos processos relatados pelos advogados da entidade;
- Consulta e análise da correspondência trocada com as entidades de supervisão;
- Indagação da gestão.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e aceites em Portugal;



- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre “Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração”, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a



informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2014.
- Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º1266